

A intolerância só nos prejudica

Luiz Carlos Bresser-Pereira¹



Utilizando-se de seu repertório como economista, acadêmico e ministro de Estado no florescer da redemocratização do Brasil, o autor aponta como políticos opositores as reformas sociais criaram um clima de intolerância na política com propósitos egoístas de derrubar um governo democrático com a ajuda de uma parcela da sociedade alheia aos problemas políticos do país e suscetíveis ao discurso do ódio contra grupos sociais historicamente marginalizados.

A tolerância é uma virtude política maior. O texto clássico sobre o tema – a *Carta acerca da tolerância* – foi publicado por Locke em 1689. O grande filósofo lutava pelos princípios constitucionalistas e liberais e via na intolerância religiosa um mal maior dos séculos XVI e XVII, que foram os séculos da Inquisição e das guerras religiosas entre 1525 e 1648. Quando eu era muito jovem, impressionou-me bastante o livro de Stefan Zweig, *Uma consciência contra a violência*, no qual ele narra a terrível intolerância de Calvino em relação a Sébastien Castellion (1515-1653), que ousou enfrentá-lo em Genebra, onde Calvino estabelecera uma teocracia.

Li esse livro quando a intolerância do nazismo em relação aos judeus era uma coisa ainda muito recente. Mas, depois, o problema da tolerância saiu das minhas preocupações. Talvez eu pensasse que fosse um problema relativamente resolvido nos países civilizados. Sempre acreditei no progresso ou no desenvolvimento humano, que o povo conquista à medida que ele consegue que sua nação avance na realização dos grandes objetivos políticos das sociedades modernas: a segurança, a liberdade, o bem-estar, a justiça social e a proteção do ambiente. E vi que esses avanços estavam acontecendo. Talvez por isso o problema da intolerância foi sendo esquecido – como se fosse algo superado, algo que ainda caracteriza seitas religiosas fundamentalistas, mas que deixou de fazer parte do dia a dia de pessoas civilizadas.

Ledo engano. De repente, no Brasil de 2014, e mais ainda no Brasil de 2015, vi a intolerância renascer. A primeira coisa que me chocou foram as vaias e impropérios que parte do público dos jogos da Copa do Mundo – seu setor mais abonado – dirigiu contra a presidente Dilma Rousseff. Em pouco tempo, porém, percebi que não se tratava de algo isolado, nem que o fato podia ser atribuído ao calor da hora. Era algo mais amplo. Em artigo para o *Interesse Nacional* de agosto de 2014, “O mal-estar entre nós”, eu afirmava que “existe hoje no Brasil, em sua elite econômica, mais do que um mal-estar. Para muitos dos seus membros o mal-estar transformou-se em ódio voltado à presidente Dilma e ao PT”. Ódio que foi rebatido com ódio igual na campanha da reeleição, principalmente contra Marina Silva. Ódio que, na política, é intolerância; é a negação da política.

¹ Bacharel de Direito da Universidade de São Paulo, Mestre em Administração de Empresas pela Michigan State University, Doutor e Professor Livre-docente pela Universidade de São Paulo. Ex-ministro da Fazenda (1987), ex-ministro da Administração e Reforma do Estado (1995-1998), ex-ministro da Ciência e Tecnologia (1999). bresserpereira@gmail.com



Hoje, quando o Brasil enfrenta uma grave crise econômica e política, sinto que o ódio tornou-se generalizado e impede que discutamos os nossos verdadeiros problemas. Nós, brasileiros, reconquistamos a política nos anos 1980 quando nos unimos para restabelecer a democracia no Brasil. Formou-se, então, um grande pacto político popular e democrático, que nos deu uma Constituição progressista, nos levou a investir muito mais na educação e na saúde, e a reduzirmos um pouco as desigualdades econômicas que são tão gritantes no Brasil.

Mas a economia não acompanhou a política; o novo regime não logrou que o Brasil retomasse o desenvolvimento econômico. Desde 1985 ele só foi favorável entre 2005 e 2010 graças a um *boom* de commodities. Entre 1930 e 1980 a renda *per capita* cresceu 4% ao ano; desde 1980, apenas 1%. É a quase estagnação.

Esse crescimento foi modesto, mas suficiente para que os muito ricos ficassem ainda mais ricos, porque se beneficiaram de privatizações e de juros altíssimos, e permitiu que a vida dos mais pobres melhorasse, porque o Partido dos Trabalhadores privilegiou esse setor da sociedade. Não foi, porém, suficiente para atender à classe média tradicional, que, frustrada, rumou em direção à direita. Ao mesmo tempo, políticos de todos os partidos – especialmente do PT e do PP, partidos políticos opostos em tudo – se deixaram envolver em uma sucessão de escândalos. Era demais para a classe média tradicional, que encontrou no moralismo uma justificação para a sua frustração e o seu ódio.

Hoje o ódio e a intolerância estão em toda parte. Ninguém ouve ninguém. Não há projetos; não há verdadeiro debate. Ora, a intolerância e o ódio são incompatíveis com a política e a democracia. Quando essa forma de ver o mundo ao nosso redor se torna dominante, não há mais política; não existe mais espaço para o debate, a argumentação e as concessões mútuas. No final do século XVII, na Revolução Gloriosa da qual Locke participou, os ingleses estavam lutando por um Estado constitucional que abria espaço para a política. Eles estavam lutando para que os inimigos se transformassem em adversários – para que solução dos conflitos deixasse de ser feita pela violência para sê-lo através dos compromissos e das eleições.

No clima hoje imperante no Brasil não há espaço para a política e, portanto, é muito difícil, senão impossível, governar. “Porque a presidente e o PT são os culpados da crise”, grita a direita, e pede o impeachment – na verdade, um mero golpe parlamentar arquitetado por um político desonesto e irresponsável. “Porque a direita quer impedir o governo de governar e quer acabar com o Estado social”, grita a esquerda, com certa razão, porque ela vê não os empresários, que ainda estão com a cabeça no lugar, mas os políticos e economistas da oposição apostarem na crise e afirmarem contra toda evidência que “a Constituição de 1988 não cabe no PIB do Brasil”.

Vejo hoje nas elites políticas brasileiras um clima semelhante ao que existiu nos últimos meses antes do suicídio de Getúlio Vargas. Mas, ao contrário do que aconteceu em 1954, não haverá golpe de Estado. O povo é hoje mais forte do que há 61 anos, os empresários não querem saber de aventuras e a democracia brasileira está consolidada.

A intolerância só nos prejudica. Em vez de nos deixarmos levar por ela, precisamos discutir com seriedade quais são os verdadeiros problemas do Brasil. Quando lemos os jornais, a impressão que temos é de que esse problema é o desequilíbrio fiscal que teria caracterizado os governos Lula e Dilma, mas isso é falso. Dos 12 primeiros anos de Partido dos Trabalhadores, apenas nos dois últimos o governo perdeu o controle fiscal, e o déficit público explodiu.

Por outro lado, há muita gente que esquece a pobreza que existe no Brasil e afirma que o grande problema não é o crescimento. Essa tese não faz o menor sentido. É preciso que o Brasil volte a crescer para oferecer melhores condições de vida para seu povo. Hoje o Brasil está vivendo uma epidemia terrível, uma calamidade – a do vírus da zika –, cujas causas principais são a falta de água encanada para ainda 30 milhões de brasileiros e a falta de sistema de esgotos para 43% das residências, problemas que só serão resolvidos se o Brasil voltar a crescer.

A meu ver, as duas grandes causas que levam o Brasil a crescer muito lentamente e ficar para trás no plano mundial são a baixa taxa de investimento privado e a baixa taxa de investimento público. O investimento privado insuficiente decorre da baixa taxa de



lucro esperada, que, por sua vez, depende de uma taxa de câmbio apreciada no longo prazo que só se torna competitiva nos momentos de crise. A baixíssima taxa de investimento público decorre da incapacidade do Estado brasileiro de poupar. Essas duas causas resultam de dois problemas culturais que se reforçam mutuamente: a perda da ideia de nação, que nos faz acreditar que os déficits em conta-corrente são “poupança externa” desde que financiados por investimentos das empresas nacionais, quando, na verdade, implicam apreciação cambial, endividamento externo e desestímulo aos investimentos; e a alta preferência pelo consumo imediato, que nos leva a aceitar esses déficits em conta-corrente porque correspondem a rendimentos reais maiores e a consumo maior.

Neste último parágrafo resumi a minha visão do problema brasileiro – da razão do seu baixo e instável crescimento econômico. Ela está aqui apenas como um exemplo; é claro que existem outras visões. O que é mais importante agora é, primeiro, fazer a crítica do ódio e da intolerância, porque não há nada mais contrário à política e mais incompatível com o bom governo; segundo, discutir nossa preferência pelo consumo imediato e nossa dificuldade de pensar como nação independente; e, terceiro, definir a reindustrialização ou a sofisticação produtiva como projeto nacional. Só então poderemos enfrentar os problemas concretos do Brasil: o restabelecimento do equilíbrio fiscal, a garantia de que a taxa de câmbio não voltará a se apreciar, a eliminação de toda e qualquer indexação formal da economia, a reforma da previdência acoplada com a reforma do seguro desemprego e a adoção de um sistema tributário progressivo.